

NACIONAL

Malan recebe sinal verde no Senado

Em seu primeiro depoimento no Congresso Nacional, após o anúncio do programa de estabilidade fiscal, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, não enfrentou grandes questionamentos por parte dos senadores presentes no Plenário. "Não houve debate. O ministro foi poupadão", reconheceu o senador Pedro Piva (PSDB/SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, dando o tom que predominou ontem, em quatro horas de discussões sobre o ajuste fiscal.

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, considerou a presença do ministro "fundamental" para ajudar a aprovar o programa e elogiou a decisão do governo de não mexer no Imposto de Renda. Mas evitou comentários diretos sobre o destino do pacote no Congresso. As expectativas dentro do Senado foram vocalizadas pelo próprio Piva. Sem ocultar o desânimo, ele acha que, pela gravidade da crise internacional, a sociedade vai aceitar mais esse "sacrifício".

Os senadores da oposição apontaram a sobrevaleitorização da moeda brasileira e a política externa do governo como uma das principais causas da "vulnerabilidade" do País à crise. Mais uma vez o ministro da Fazenda saiu em defesa da política cambial, descartando qualquer possibilidade de alteração de rumo. "O ajuste na taxa de câmbio já vem sendo feito. Este ano estamos fazendo uma discreta e gradual desvalorização do real de 6% em relação ao dólar", (considerando um reajuste nominal de 7,5% e uma taxa média de inflação de 1,5%), informou Malan ao senador Eduardo Suplicy (PT/SP), autor do requerimento de convocação do ministro. Malan lembrou, ainda, que desvalorizar o câmbio traria inflação e implicaria perda de poder aquisitivo dos assalariados.

Malan garantiu ao senador José Eduardo Dutra (PT/SE) que nem o Fundo Monetário Internacional (FMI) nem os banqueiros e os empresários souberam das medidas antes de elas serem apresentadas à sociedade. Ele disse que o FMI foi comunicado por e-mail, somente nesta quarta-feira, enquanto o programa era divulgado oficialmente.

O ministro praticamente repetiu as explicações sobre o programa de estabilidade fiscal, transmitidas à imprensa antenem. Ele informou que estava enviando ontem ao Con-



Pedro Malan

Parlamentares demonstram disposição para aprovar as medidas de ajuste fiscal.
Oposição faz críticas ao modelo cambial

Cíntia Sasse e Mônica Izaguirre, de Brasília.

gresso o projeto de lei complementar com a proposta de revisão da chamada Lei Camata, que estabelece teto de 60% da receita líquida para os gastos com pessoal no setor público, o texto do que está sendo convencionado como a lei geral dos regimes de previdência social dos servidores públicos (disciplinada por medida provisória) e os dois projetos de regulamentação da reforma administrativa, que tratam da demissão por excesso de quadro e por insuficiência de desempenho.

A proposta da reforma tributária deve ser encaminhada em novembro. O projeto de lei que trata da responsabilidade fiscal da União, dos estados e dos municípios será enviado antes de 4 de dezembro.

Ontem, uma das principais preocupações dos senadores era com o desemprego e a recessão que o esforço fiscal de R\$ 28 bilhões deve provocar na economia em 1999. A indagação mais frequente dos senadores foi o que o governo pode fazer para diminuir o grau de exposição da economia brasileira que, na opinião de alguns deles, vai dificultar o combate aos efeitos recessivos do pacote.

Malan disse que o governo está aperfeiçoando a sua defesa comercial para combater as práticas desleais de comércio, mas não acenou com qualquer recuo na abertura econômica. Mas, não assegurou, respondendo ao senador Osmar Dias (PSDB/PR), que a meta de US\$ 100 bilhões de exportações será alcançada em 2002. "Nunca interpretei que ela pudesse ocorrer independente do que acontece no país e no mundo."

Ele lembrou que os investidores externos demonstram confiança no Brasil, pois de novembro de 97 a este mês ingressaram US\$ 24 bilhões no País em aplicações diretas. Além disso, os investidores já anunciaram nos últimos três meses a intenção de aplicar mais US\$ 12 bilhões.

Outra preocupação dos senadores foi em relação a velocidade na queda da taxa de juros. O senador Pedro Piva defendeu que o governo se posicione de forma mais clara em que

momento e em que ritmo os juros vão voltar a cair, se o Congresso aprovar as medidas. Ele acha que isso vai ajudar a aprovar o pacote.

"Queremos uma sinalização muito firme nesse sentido, para que o sacrifício seja feito de uma só vez", disse Piva. Malan foi evasivo e não se comprometeu com um prazo. "É possível que haja uma queda expressiva da taxa de juros ao longo do tempo. Quanto mais rápido for o ajuste, mais rápida será a redução."

Os dados divulgados por Malan indicam que a redução dos juros não será tão rápida como quer Piva. As projeções da Fazenda mostram que, em meados de 1999, a taxa ainda estará próxima de 22%, nível superior ao praticado quando a crise da Rússia agravou a situação para o País.

O ministro da Fazenda insistiu várias vezes durante o seu depoimento que o ajuste nas contas públicas teria que ser feito independente da crise internacional. "Reconhecemos que a crise existe e que precisa ser enfrentada. Por isso, o PMDB procurará colaborar", disse o líder do partido no Senado, Jader Barbalho. Ele disse que isso não exclui a contribuição das oposições para aperfeiçoar as medidas.

Efeitos

Programa de estabilização fiscal (em R\$ bilhões)

Receita	Impacto Aproximado 1999	Instrumento legal
Aumento da CPMF	7,3 (alíquota 0,38%)	Emenda constitucional (3/5)
Prorrogação do FET com retenção de 40% do orçamento (sem 5,6% de IR e compensação).	Entre 10 e 20 a partir de 2000	Emenda constitucional (3/5)
Aumento equalizado de 1% na alíquota da Cofins compensável com IR.	3,3	Medida provisória (maioria simples)
Conclusão da Reforma da Previdência (impacto sobre RJU Federal e INSS).	3,0	Emenda constitucional (3/5)
Contribuição previdenciária equalizada (ativos/inativos) em 11%.	2,5	Medida provisória (maioria simples)
Adicional temporário (5 anos) de 9% para servidores ativos e inativos (acima de R\$ 1.200,00).		Medida provisória (maioria simples)
Idade mínima de 60/55 anos como regra permanente do INSS.	Sem previsão	Emenda constitucional (3/5)
Medida de combate à sonegação e renúncia fiscal junto à Seguridade Social.	2	Medida provisória e decretos
Despesa		
Cortes de gastos de custeio e investimento em 1999.	8,7	Orçamento 1999
Redução da estrutura de ministérios e órgãos do governo.	250 milhões	Decretos
Criação de um teto para o funcionalismo público.	Sem previsão	Projeto de lei (maioria simples)
Nova lei de Finanças Públicas e lei de Responsabilidade Fiscal para Estados e municípios.	2,6	Lei complementar (maioria absoluta)
Regulamentação da Reforma Administrativa.	1	Leis complementares (maioria absoluta)
Cortes de dispêndio de empresas estatais federais (entre 1999 e 2001).	2,7	Decretos

Fontes: Ministério da Fazenda e Chase Manhattan